



## GOVERNO MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

### INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

#### 1. EDITAL

1.1 Número de Ordem: 2018.11.21.1

1.2 Repartição: Prefeitura Municipal de Farias Brito

1.3 Modalidade: Convite

1.4 Tipo de Licitação: MENOR PREÇO.

1.5 Torna público para conhecimento dos interessados que a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Farias Brito, localizada na Rua José Alves Pimentel, nº 87, Centro, Farias Brito - CE, fará realizar no dia **29 de Novembro de 2018**, Licitação na Modalidade acima indicada, que será regida pelo presente Instrumento Convocatório e pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas demais alterações.

1.6 Os envelopes contendo os documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais serão recebidos na sala da Comissão Permanente de Licitação no endereço retro às **09:00** horas do dia supra citado.

1.7 Integram este Edital, independentemente de transcrição os seguintes anexos:

I - Termo de Referência (Orçamento Básico)

II - Proposta Padronizada

III - Minuta do Contrato

#### 2. DO OBJETO

2.1 A licitação em questão, na modalidade Convite, tem por objetivo a Aquisição de brinquedos para doação às crianças das famílias em estado de vulnerabilidade social do Município de Farias Brito/CE, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, conforme especificações constantes no Anexo I deste Instrumento.

#### 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 Cada licitante apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de documentação hábil de credenciamento, será o único admitido a intervir nas fases de procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo ainda, no ato da entrega dos envelopes exibir um documento de identificação, expedido por órgão oficial.

3.2 Por documento hábil, entende-se:

a) Procuração pública ou particular específica para a presente licitação, constituindo o representante, acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante que declare expressamente seus poderes para a devida outorga;

b) Instrumento que comprove a capacidade de representar a empresa, caso o representante não seja o titular.

3.3 A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder pela mesma.

#### 4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 01

4.1 Só serão habilitadas as licitantes que apresentarem todos os documentos abaixo relacionados com observância de todas as suas exigências:

4.1.1 Certidão Negativa de Débitos quanto à Dívida Ativa da União.

4.1.2 Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais.

4.1.3 Certidão Negativa de Débitos Estaduais.



## GOVERNO MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

- 4.1.4 Certidão Negativa de Débitos Municipais.
- 4.1.5 Certidão Negativa de Débitos do INSS.
- 4.1.6 Certificado de Regularidade do FGTS.
- 4.1.7 Prova de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- 4.1.8 Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- 4.1.9 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 4.1.10 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- 4.1.11 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST.
- 4.1.12 Alvará de Funcionamento.
- 4.1.13 Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 4.1.14 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante.
- 4.1.15 Declaração que não emprega menores de 18 (dezoito) anos, salvo na condição de aprendiz.
- 4.2 Os documentos para a habilitação, poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia devidamente autenticada em Cartório. Não estando, poderá sê-lo pela própria Comissão, mediante vistas ao documento original, nos termos do caput do art.32 do Estatuto das Licitações.
- 4.3 Não serão admitidas na licitação, como proponentes, pessoas físicas ou jurídicas reunidas em consórcio.
- 4.4 As licitantes poderão substituir a documentação acima descrita pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral - CRC junto à Prefeitura Municipal de Farias Brito, juntamente com a Certidão Negativa de Débitos – CND, expedida pelo INSS e com o Certificado de Regularidade de Situação – CRS do FGTS, expedido pela CEF – Caixa Econômica Federal.
- 4.5 Caso a licitante seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar Declaração que comprove tal situação.

### **ORIENTAÇÕES SOBRE A FASE DE HABILITAÇÃO:**

- 4.6 Na forma do que dispõe o Art. 42, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a comprovação da regularidade fiscal das microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- 4.7 Para efeito do disposto no subitem acima, as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), por ocasião de participação neste procedimento licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 4.8 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



## GOVERNO MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

4.9 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.10 Serão inabilitadas as licitantes que não atenderem às exigências desta Licitação referentes à fase de habilitação, bem como que apresentarem os documentos defeituosos em seu conteúdo e forma, e ainda, serão inabilitadas de forma superveniente as ME ou EPP que não apresentarem a regularização da documentação de Regularidade Fiscal no prazo definido acima.

4.11 Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope devidamente fechado, rubricado no fecho, contendo o seguinte título:

A  
Comissão Permanente de Licitação  
Prefeitura Municipal de Farias Brito  
Convite N.º 2018.11.21.1  
Razão Social da Empresa  
Envelope nº 01 – Documentação de Habilitação

### 5. DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 02

5.1 A proposta deverá obedecer as especificações deste Convite, bem como as recomendações abaixo:

5.2 Ser apresentada em duas vias, em formulário padronizado fornecido pela Prefeitura Municipal ou através de papel timbrado próprio da empresa, redigida em português, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo todas as folhas ser assinadas pelo representante legal da licitante.

5.3 O prazo de validade da proposta, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos da data marcada para seu recebimento.

5.4 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Convite, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes.

5.5 As propostas deverão também ser apresentadas em envelopes fechados, rubricados no fecho, contendo o seguinte título:

A  
Comissão Permanente de Licitação  
Prefeitura Municipal de Farias Brito  
Convite N.º 2018.11.21.1  
Razão Social da Empresa  
Envelope nº 02 - Proposta de Preços

5.6 As propostas deverão constar, ainda, a especificação completa dos produtos, o seu preço unitário, em algarismo, e o preço global, em algarismo e por extenso, em moeda corrente no País, já computados os encargos, taxas e impostos incidentes sobre os mesmos.

### 6. DOS PROCESSAMENTOS LICITATÓRIOS

6.1 No dia, hora e local designados neste Convite, na presença dos licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, observando o disposto no item 3.1. deste Convite, a Comissão de Licitação receberá em



## GOVERNO MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

envelopes distintos, devidamente fechados, os documentos exigidos para habilitação e as propostas de preços. Os envelopes deverão indicar a modalidade, o número e o seu conteúdo "DOCUMENTAÇÃO", "PROPOSTA DE PREÇOS".

6.2 Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo a documentação de habilitação que será analisada e rubricada pela Comissão e pelos Licitantes. Caso a Comissão julgue necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos de habilitação, e efetuar diligências e consultas, marcando nova data e horário em que comunicará sua decisão aos licitantes.

6.3 Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, todos os documentos e os envelopes contendo as propostas, devidamente fechados, deverão ser rubricadas pela Comissão e pelos Licitantes presentes, ficando em poder daquela até que seja decidida a habilitação.

6.4 A Comissão manterá em seu poder, as propostas das licitantes inabilitadas, com os envelopes devidamente fechados e rubricados, até o término do período recursal de que trata o item I, do artigo 109, da lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

6.5 Após o término do período recursal de que trata o item anterior, será comunicado aos licitantes, nova data para a abertura das propostas e devolução dos envelopes de propostas das licitantes inabilitadas.

6.6 Não havendo licitante inabilitada, ou se todas as inabilitadas manifestarem desistência e desinteresse em interpor recurso (esta intenção constará em Ata a ser lavrada, e que deverá então ser assinada por todas as licitantes presentes), será procedida a devolução dos envelopes de propostas das licitantes inabilitadas.

6.7 Instalada a sessão de abertura dos envelopes contendo as Propostas Comerciais no dia e hora marcados, o Presidente apresentará aos licitantes os envelopes nº 02, que permaneceram lacrados tais quais estavam quando recebidos pela Comissão.

6.8 Em seguida todas as propostas serão postas a disposição dos licitantes para que os que desejarem, as examinem e rubriquem.

6.9 Após o exame das propostas comerciais pelos licitantes interessados, a Comissão receberá os apontamentos feitos por eles durante o exame e concluirá pela procedência ou não das questões suscitadas.

6.10 Caso surjam dúvidas que não possam ser dirimidas pela Comissão durante as sessões, cabe ao Presidente decidir pela suspensão da sessão, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias com o objetivo de que sejam as tais dúvidas suficientemente esclarecidas.

6.11 Ao Presidente da Comissão é assegurado o direito de suspender qualquer reunião, por motivo de força maior, e marcar seu reinício para outro dia e horário, no mesmo local ou em outro.

6.12 A Comissão poderá solicitar pareceres técnicos a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões sobre a análise da Documentação de Habilitação e das Propostas Comerciais.

6.13 Todos os documentos entregues dentro dos envelopes integrarão o processo e, enquanto durar a licitação, estarão sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação.

6.14 Compete a Comissão avaliar méritos dos documentos e das informações por elas solicitadas, se julgar conveniente.

6.15 Uma vez abertas as propostas, serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores, tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem, em relação as exigências e formalidades exigidas neste Edital.

6.16 A Comissão verificará a existência de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), para o cumprimento do constante na Lei Complementar nº 123/2006, procedendo na forma dos subitens abaixo.

6.17 Caso a proposta classificada em 1º lugar não seja ME ou EPP, a Comissão procederá de acordo com o seguinte:



## GOVERNO MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

6.17.1 Fica assegurada, como critério de desempate (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006), preferência de contratação para as ME e EPP.

6.17.2 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada, depois de ordenadas as propostas de preços em ordem crescente dos preços ofertados.

6.17.3 Para efeito do disposto no subitem 6.17.1, ocorrendo empate, a Comissão procederá da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será classificada em primeiro lugar e consequentemente declarada vencedora do certame;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.17.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.17.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar nova proposta de preços, que deverá ser registrada em ata.

6.17.5 Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.17.6 Ocorrendo a situação prevista no subitem 6.17.3, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta de preços após solicitação da Comissão. Todos os atos deverão constar da ata dos trabalhos.

### 7. DOS JULGAMENTOS DAS PROPOSTAS

7.1 O critério para julgamento do presente Convite é o de MENOR PREÇO.

7.2 Será considerada vencedora a proposta que apresentar o MENOR PREÇO PARA O ITEM.

7.3 Caso duas ou mais propostas tenham obtido empate, será realizado entre elas o sorteio previsto na Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, para a determinação da vencedora e classificação das demais, observado o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.4 As demais propostas permanecerão classificadas, na ordem crescentes de seus preços ofertados.

7.5 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços excessivos ou inexequíveis.

7.6 Após decididos os recursos, eventualmente interpostos e adjudicado o objeto da licitação à(s) vencedora(s), o julgamento será submetido ao Secretário/Ordenador competente, para homologação.

7.7 Caso o resultado do julgamento não apresente vencedor, solicitar-se-á a realização de outra Licitação.

### 8. DAS PENALIDADES

8.1 O não cumprimento das obrigações assumidas pela licitante acarretará a aplicação, no que couber, das penalidades previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, garantia por via defesa.

8.2 A Adjudicatária ficará sujeita a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da respectiva Ordem de Compra, por infração de qualquer cláusula editalícia.

8.3 Considerar-se-á infratora a licitante que, injustificadamente, recusar-se a assinar o Termo de Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitando-se as penalidades legais estabelecidas neste Convite.



## GOVERNO MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

### 9. DA CONTRATAÇÃO

- 9.1 A Contratante convocará a(s) licitante(s) vencedora(s) para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, proceder com a assinatura do Contrato.
- 9.2 Formalizando a contratação será firmada Nota de Empenho com a(s) licitante(s) vencedora(s).
- 9.3 Serão parte integrante da contratação, todos os elementos apresentados pela(s) licitante(s) vencedora(s), que não contrariem os termos deste Convite e seus Anexos.

### 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 A(s) Licitante(s) vencedora(s), após a assinatura do respectivo Contrato, obrigar-se-á(ão) a:
- 10.1.1 Cumprir integralmente as disposições deste Instrumento e do respectivo Contrato.
- 10.1.2 Responsabilizar-se pela perfeição do bem objeto desta Licitação, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante sua entrega.
- 10.1.3 Responsabilizar-se e zelar pelo pagamento de suas dívidas em favor de terceiros envolvidos na execução do objeto contratual, em particular no que se refere às contribuições devidas à Previdência Social, Obrigações Trabalhistas, Seguros e aos Tributos à Fazenda Pública em geral.
- 10.1.4 Manter, durante toda a execução do respectivo Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Licitação.
- 10.1.5 Fornecer com presteza e dignidade os produtos objeto deste Convite.
- 10.1.6 Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na forma estabelecida no Art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.
- 10.1.7 Entregar os produtos no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra, devendo os mesmos ser entregues junto à sede da Secretaria competente, para conferência quanto às especificações básicas exigidas.
- 10.1.8 Efetuar a troca dos produtos, caso estes venham a apresentar alguma imperfeição, o que deverá ser devidamente comprovado, sendo que o ato de recebimento não importará em sua aceitação.

### 11. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

- 11.1 A Administração obrigar-se-á a:
- 11.1.1 Exigir o fiel cumprimento deste Edital e do respectivo Contrato.
- 11.1.2 Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade na entrega dos produtos do objeto desta Licitação.
- 11.1.3 Acompanhar e fiscalizar junto a Contratada, através da Secretaria competente, a execução do objeto contratual, ou seja, a entrega dos produtos.
- 11.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Instrumento e no respectivo Contrato, bem como zelar pelo cumprimento de todas as cláusulas editalícias e contratuais.

### 12. FORMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS

- 12.1 A entrega dos produtos dar-se-á no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra, devendo os mesmos ser entregues junto à sede da Secretaria competente, para conferência quanto às especificações exigidas.
- 12.2 A Contratada ficará obrigada a efetuar a troca dos produtos, caso estes venham a apresentar alguma imperfeição, o que deverá ser devidamente comprovado, sendo que o ato de recebimento não importará em sua aceitação.
- 12.3 O recebimento dos produtos será efetuado nos seguintes termos:



## GOVERNO MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

12.3.1 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação;

12.3.2 Definitivamente, após verificação da qualidade e perfeição dos produtos, pela Secretaria competente.

### 13. DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

13.1 O pagamento será efetuado pela Contratante em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a expedição de Nota de Empenho e apresentação da Nota Fiscal.

13.2 O pagamento será efetuado através de Cheque Nominal a Empresa.

13.3 O contrato será irrevogável.

13.4 Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

13.5 Para a efetivação do que trata o item anterior, deverá a Contratada apresentar requerimento formal à Administração Municipal solicitando o reequilíbrio econômico-financeiro do preço do bem quando se fizer necessário para a justa remuneração do fornecimento, devendo o referido pedido ser acompanhado da nota fiscal de entrada do bem, do período compreendido entre a data da contratação e da solicitação, que será formalizado através de Termo Aditivo, cuja publicação do mesmo, em forma resumida deverá ser providenciada pela Contratante na Imprensa Oficial, em obediência ao disposto no § único, do Art. 61, da Lei nº 8.666/93.

### 14. DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 O Contrato, resultante desta licitação, poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos nºs 77, 78 e 79, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

14.2 Na hipótese de ocorrer a sua rescisão administrativa, são assegurados a Administração os direitos previstos no art. 80 da aludida defesa legal. No caso de rescisão administrativa ou amigável, essa deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do gestor competente.

### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 O Atraso injustificado na execução do contrato, inadimplemento, sujeitará o contratado às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multas necessárias, conforme segue:

b.1) O prazo de entrega deverá ser rigorosamente observado, ficando desde já estabelecido a multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da respectiva Ordem de Compra, caso seja inferior a 30 dias;

b.2) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva Ordem de Compra, no caso de atraso superior à 30 dias;

c) Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Farias Brito, por prazo não superior a 02 (dois) anos;



## GOVERNO MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.2 A Prefeitura Municipal de Farias Brito, sem prejuízo das sanções aplicáveis, reterá crédito, promoverá cobrança judicial ou extrajudicial, a fim de receber multas aplicadas e resguardar-se dos danos e perdas que tiver sofrido por culpa da empresa Contratada.

### 16. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

16.1 O prazo de vigência do respectivo Contrato será até 31/12/2018, a contar da data de sua assinatura.

### 17. DOS RECURSOS

17.1 Das decisões proferidas pela Administração decorrentes da presente licitação, caberá recurso de acordo com o Art. 109, da Lei 8.666/93.

17.2 Os recursos serão dirigidos ao Prefeito Municipal de Farias Brito, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, devidamente arazoado, e submetida pelo representante legal da empresa, observando-se os prazos de que trata o Art. 109, da Lei 8.666/93.

17.3 Os recursos serão protocolados na Prefeitura e encaminhados à Comissão.

17.4 Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo legal.

### 18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1 A entrega será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por servidor em exercício nesta Prefeitura, designado pela Secretaria competente.

18.2 A fiscalização, exercida no interesse da Administração, não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou seus agentes e prepostos.

18.3 Quaisquer exigências da fiscalização, dentro do objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Prefeitura Municipal.

### 19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 As despesas da presente Licitação correrão por conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, previstos na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
04	01	08.122.0040.2.049.0000	3.3.90.32.00

### 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Durante o procedimento licitatório, toda documentação será entregue pessoalmente pelo representante credenciado da empresa, conforme estabelecido neste Convite.

20.2 Não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos e às propostas depois de apresentados.

20.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela apresentação e elaboração de documentação e proposta relativa ao presente Convite.

20.4 As licitantes deverão cumprir as recomendações deste Convite, uma vez que a inobservância de qualquer dispositivo o dele constante, constitui motivo de invalidação irreversível de suas propostas.



## GOVERNO MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

20.5 Será facultada a Comissão de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.6 A Prefeitura Municipal de Farias Brito poderá anular ou revogar a presente licitação, por iniciativa própria e em despacho motivado, sem que de tal decisão caiba qualquer indenização às licitantes.

20.7 Simples omissões ou irregularidades irrelevantes, sansíveis ou desprezíveis, a exclusivo critério da Comissão de Licitação, e que não causem prejuízo ao entendimento da documentação e da proposta, poderão ser relevadas.

20.8 Não será classificada a licitante que, por inadimplência, tenha dado causa a rescisão de contrato celebrado com a Prefeitura Municipal, ou a qual tenha sido aplicada qualquer das penas previstas no Art. N° 87, inciso III e IV, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

20.9 A Comissão de Licitação poderá desclassificar as proponentes por ato fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso comprove, qualquer fato que desabone a idoneidade financeira, capacidade técnica ou administrativa dessas licitantes.

20.10 Para fins judiciais, fica eleito o foro da Comarca de Farias Brito/CE, para dirimir qualquer dúvida na execução do presente Convite .

20.11 Poderão ser solicitadas de qualquer licitante informações, documentos ou esclarecimentos complementares, a critério da Comissão de Licitação.

20.12 Quaisquer dúvidas sobre elementos inerentes a presente licitação poderão ser esclarecidas pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Farias Brito, na Rua José Alves Pimentel, nº 87, Centro, no horário de 8:00 as 12:00 horas ou através do telefone (88)3544-1223.

20.13 Decairá do direito de impugnar os termos deste Convite o licitante que, tendo-os aceito sem objeções, venha apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

20.14 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação.

20.15 A participação da licitante implica aceitação plena de todos os termos deste Convite.

20.16 Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, de funcionamento normal desta repartição, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

Farias Brito - CE, 21 de Novembro de 2018.

Tiago de Araújo Leite  
Presidente da Comissão de Licitação



000022

## GOVERNO MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

### ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 - Aquisição de brinquedos para doação às crianças das famílias em estado de vulnerabilidade social do Município de Farias Brito/CE, por intermédio da Secretaria de Assistência Social.

#### 2 - JUSTIFICATIVA

2.1 - A aquisição de brinquedos se justifica em face do interesse público em presentear as crianças fariasbritenses por ocasião dos festejos natalinos que se aproximam bem como por entender que é através do brincar que a criança desenvolve elementos fundamentais na formação de sua personalidade, visto que aprende, experimenta situações, organiza suas emoções, processa informações, constrói autonomia de ação, entre outros benefícios.

#### 3 - ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALOR ESTIMADO

3.1 - A empresa a ser contratada, deverá fornecer os produtos com as especificações contidas na planilha abaixo.

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
01	Animal puzzle (girafa amarela que monta e desmonta) - Idade 0 a 3 anos	Und	240	13,33	3.199,20
02	Cãozinho au au - Idade 0 a 3 anos	Und	240	17,31	4.154,40
03	Crock d'ilo - Idade 0 a 3 anos	Und	225	20,58	4.630,50
04	Amor de casinha pica pau - Idade 0 a 3 anos	Und	225	17,60	3.960,00
05	Quebra cabeças com 80 peças em mdf (temas masculinos) - Idade 4 a 6 anos	Und	190	16,42	3.119,80
06	Carro mini frota polícia preto - Idade 4 a 6 anos	Und	190	10,49	1.993,10
07	Boneca coleção mini baby parque andador - Idade 4 a 6 anos	Und	185	12,42	2.297,70
08	Microfone com óculos - Idade 4 a 6 anos	Und	185	15,36	2.841,60
09	Squeeze azul	Und	760	6,67	5.069,20
10	Squeeze rosa	Und	740	6,67	4.935,80
11	Pacote de embalagem com 50 unidades	Pct	54	45,56	2.460,24
				<b>Total Geral</b>	<b>38.661,54</b>

3.2 - O valor máximo admitido para esta aquisição é de R\$ 38.661,54 (trinta e oito mil seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos), de acordo com pesquisas de preços realizadas pelo Setor de Compras do Município.

#### 4 - ORIGEM DOS RECURSOS

4.1 - As despesas deste Contrato correrão por conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, previstos na seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
04	01	08.122.0040.2.049.0000	3.3.90.32.00

#### 4 - ENTREGA DOS PRODUTOS/BENS E RECEBIMENTO

5.1 - Os produtos/bens serão fornecidos de acordo com as solicitações requisitadas pela Secretaria/Fundo solicitante, devendo os mesmos ser entregues junto à sede desta, ou onde for mencionado nas respectivas Ordens de Compra, ficando a Administração no direito de solicitar apenas aquela quantidade que lhe for estritamente necessária, sendo as despesas com a entrega de responsabilidade da empresa Contratada.

5.2 - Os produtos/bens deverão ser entregues no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra.

5.3 - A Contratada ficará obrigada a trocar, as suas expensas, os produtos/bens que vierem a ser recusados por justo



000023

## GOVERNO MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

motivo, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.

5.4 - A Contratada deverá efetuar as entregas em transporte adequado para tanto, sendo que os produtos/bens deverão estar todos em embalagens fechadas, quando for o caso, contendo a identificação da data de industrialização e o prazo de validade, quando for o caso.

5.5 - Caso a Prefeitura venha optar por entrega programada a contratada deverá dispor de instalações condizentes e compatíveis para a guarda e armazenamento dos produtos/bens.

5.6 - O recebimento dos produtos/bens será efetuado nos seguintes termos:

5.6.1 - Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto/bem com a especificação;

5.6.2 - Definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do produto/bem, pelo setor responsável pela solicitação e conseqüentemente aceitação.

### 6 - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento dos produtos/bens fornecidos será efetuado pela Administração, mensalmente, obedecidas as requisições, em moeda corrente, conforme o valor apresentado na fatura correspondente e certificado pelo setor competente limitando-se o desembolso máximo em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros do Tesouro Municipal, em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

6.2 - O pagamento será efetuado através de Cheque Nominal a Empresa ou Transferência Bancária.

### 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - As obrigações da CONTRATANTE são as discriminadas na Minuta Contratual, parte integrante do Edital, independente de sua transcrição.

### 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - As obrigações do(a) CONTRATADO(A) são as discriminadas na Minuta Contratual, parte integrante do Edital, independente de sua transcrição.

### 9 - PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1 - O Contrato terá vigência até 31/12/2018, a contar da data de sua assinatura, ou enquanto decorrer o fornecimento dos produtos/bens dentro da vigência do mesmo.

Farias Brito – Ceará, 21 de Novembro de 2018.

Tiago de Araújo Leite  
Presidente da CPL

DE ACORDO:

Cícero Clíslones Rodrigues de Lima  
Ordenador de Despesas  
Fundo Municipal de Assistência Social



000024

## GOVERNO MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

### Anexo II Proposta Padronizada

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Farias Brito.

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei N° 8.666/93, e suas alterações posteriores, bem como às cláusulas e condições da modalidade Convite N.º 2018.11.21.1.

Declaramos ainda que, após a emissão dos documentos relativos à habilitação preliminar, não ocorreu fato que nos impeça de participar da mencionada licitação.

Assumimos o compromisso de bem e fielmente executar/fornecer os serviços ou mercadorias especificados no Anexo I, caso sejamos vencedor(es) da presente licitação.

Objeto: Aquisição de brinquedos para doação às crianças das famílias em estado de vulnerabilidade social do Município de Farias Brito/CE, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, conforme especificações descritas abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Marca/Modelo	Valor unitário	Valor Total
0001	Animal puzzle (girafa amarela que monta e desmonta) - Idade 0 a 3 anos	Und	240			
0002	Cãozinho au au - Idade 0 a 3 anos	Und	240			
0003	Crock dilo - Idade 0 a 3 anos	Und	225			
0004	Amor de casinha pica pau - Idade 0 a 3 anos	Und	225			
0005	Quebra cabeças com 80 peças em mdf (temas masculinos) - Idade 4 a 6 anos	Und	190			
0006	Carro mini frota polícia preto - Idade 4 a 6 anos	Und	190			
0007	Boneca coleção mini baby parque andador - Idade 4 a 6 anos	Und	185			
0008	Microfone com óculos - Idade 4 a 6 anos	Und	185			
0009	Squeeze azul	Und	760			
0010	Squeeze rosa	Und	740			
0011	Pacote de embalagem com 50 unidades	Pct	54			
<b>Total:</b>						

Valor Total da Proposta: R\$ .....

Empresa: .....

Endereço: .....

C.N.P.J.: .....

Data da Abertura: .....

Hora da Abertura: .....

Validade da Proposta: 60 dias.

Forma de Pagamento: Conforme Edital e Contrato.

Data: .....

.....  
Proponente



000025

## GOVERNO MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

### ANEXO III MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE Farias Brito/CE, E DO OUTRO ....., PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O **Município de Farias Brito**, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, através do(a) Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 14.909.566/0001-45, neste ato representado pelo(a) Exmo.(a) Sr.(a) Cícero Clislonos Rodrigues de Lima, Ordenador(a) de Despesas do referido Fundo, residente e domiciliado(a) na cidade de Farias Brito/CE, apenas denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado ....., estabelecida na ....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ....., neste ato representada por ....., portador(a) do CPF n.º ....., apenas denominada de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, tendo em vista o resultado da Licitação na modalidade Convite n.º 2018.11.21.1, tudo de acordo com as normas gerais da Lei n.º 8.666/93, e suas demais alterações, mediante cláusulas e condições seguintes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 - Processo de Licitação na modalidade Convite n.º 2018.11.21.1, de acordo com o § 3º do Art. 22 da Lei Federal n.º 8.666/93, devidamente homologado pelo(a) Exmo(a) Sr(a). Cícero Clislonos Rodrigues de Lima, Ordenador(a) de Despesas da(o) Fundo Municipal de Assistência Social.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 – O presente Instrumento tem como objeto a aquisição de brinquedos para doação às crianças das famílias em estado de vulnerabilidade social do Município de Farias Brito/CE, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, conforme especificações constantes no Edital Convocatório, nos quais a Contratada sagrou-se vencedora, conforme discriminado no quadro abaixo:

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 - O objeto contratual tem o valor total de R\$ .....

3.2 – O Contrato poderá ser reajustado, através de termo aditivo solicitado pela Contratada e autorizado pela Contratante, de acordo com a variação estabelecida pelo Governo Federal.

3.3 – Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 - O presente Instrumento terá vigência até 31/12/2018, a contar da data de sua assinatura, ou enquanto decorrer o fornecimento dentro da vigência do mesmo.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS E DO RECEBIMENTO

5.1 – A entrega dos produtos será de acordo com as solicitações requisitadas pela Contratante, devendo ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra, junto à



## GOVERNO MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

sede da Secretaria Municipal competente, ou onde for mencionado na respectiva Ordem de Compra, ficando a Administração no direito de solicitar apenas aquela quantidade que lhe for estritamente necessária.

5.2 - A Contratada ficará obrigada a trocar, as suas expensas, o(s) produto(s) que vierem a ser recusados por justo motivo, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação;

5.3 - Todas as embalagens devem estar fechadas e conter a identificação da data de industrialização e o prazo de validade, quando for o caso;

5.4 - A Contratada deverá efetuar as entregas em transporte adequado para tanto;

5.5 - Caso a Contratante venha optar por entrega programada a licitante deverá dispor de instalações condizentes e compatíveis para a guarda e armazenamento dos produtos, pondo-os a salvo de possível deterioração.

5.6 - O recebimento dos produtos será efetuado nos seguintes termos:

5.6.1 - Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;

5.6.2 - Definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do produto, pelo setor responsável pela solicitação e conseqüentemente aceitação.

### CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, previstos na seguinte dotação orçamentária:

.....

### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dos produtos solicitados será realizado, através de empenho, mediante a apresentação das respectivas nota fiscal / fatura visadas pelo setor competente e do termo de solicitação de pagamento;

7.2 - O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos.

7.3 - O pagamento será efetuado através de cheque nominal a empresa Contratada.

### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - A Contratada para fornecer o(s) produto(s), objeto do presente Contrato obriga-se a:

8.1.1 - Cumprir integralmente as disposições do Instrumento Convocatório e deste Contrato;

8.1.2 - Responsabilizar-se pela perfeição do(s) produto(s) objeto deste Contrato, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante seu fornecimento;

8.1.3 - Responsabilizar-se e zelar pelo pagamento de suas dívidas em favor de terceiros envolvidos na execução do objeto contratual, em particular no que se refere às contribuições devidas à Previdência Social, Obrigações Trabalhistas, Seguros e aos Tributos à Fazenda Pública em geral;

8.1.4 - Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.5 - Fornecer com presteza e dignidade o(s) produto(s) objeto deste Contrato;

8.1.6 - Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na forma estabelecida no Art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, e suas demais alterações;

8.1.7 - Entregar no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra, o(s) produto(s) requisitados pelo setor competente, devendo o(s) mesmo(s) ser entregue(s) na sede da Secretaria Contratante, ou no local indicado na antedita Ordem de Compra, devendo estar todos em embalagens fechadas, contendo a identificação da data de industrialização e o prazo de validade, quando for o caso;

8.1.8 - Trocar, as suas expensas, o(s) produto(s) que vier(em) a ser recusado(s) por justo motivo, sendo que o ato de recebimento não importará em sua aceitação;

8.1.9 - Efetuar a entrega do(s) produto(s) em transporte adequado para tanto.



## GOVERNO MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

8.1.10 – Caso a Contratante venha optar por entrega programada a Contratada deverá dispor de instalações condizentes e compatíveis para a guarda e armazenamento do(s) produto(s) pondo-os a salvo de possível deterioração.

### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - A Contratante obriga-se a:

9.1.1 - Exigir o fiel cumprimento do Edital e Contrato, bem como zelo na prestação do fornecimento e o cumprimento dos prazos.

9.1.2 - Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade no fornecimento do(s) produto(s) objeto deste Contrato.

9.1.3 - Acompanhar e fiscalizar junto a Contratada a execução do objeto contratual;

9.1.4 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Instrumento, bem como zelar pelo cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1 - À contratada total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções dos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93, e suas demais alterações.

10.2 – A Contratada, no caso de inadimplemento, ficará sujeita às seguintes sanções:

10.2.1 - Advertência;

10.2.2 - Multas necessárias, conforme segue:

10.2.2.1 – 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor da fatura pelo atraso na entrega do(s) produto(s).

10.2.2.2 – 20% (vinte por cento) sobre o valor total faturado no mês anterior, pelo descumprimento de qualquer item do Edital ou Cláusula Contratual.

10.2.3 - Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Farias Brito por prazo não superior a 02 (dois) anos.

10.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - Este Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratante, por conveniência administrativa ou por infringência de qualquer das condições pactuadas.

11.2 - O não cumprimento das disposições especificadas neste Contrato implicará automaticamente em quebra de Contrato, ensejando rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93, reconhecidos desde já os direitos da Administração, com relação as normas contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento dispostas no presente Instrumento.

11.3 - O presente contrato é rescindível ainda, independentemente de qualquer interpelação Judicial ou Extrajudicial, nos casos de:

11.3.1 – Omissão de pagamento pela CONTRATANTE;

11.3.2 – Inadimplência de qualquer de suas cláusulas por qualquer uma das partes;

11.3.3 – Acerto em comum acordo por iniciativa de uma das partes, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem ônus para ambas as partes.

11.3.4 – No caso de não cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, a parte que se sentir prejudicada poderá rescindi-lo sem que se faça necessário uma comunicação por escrito com a antecedência definida no subitem anterior.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



## GOVERNO MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

12.1 – Quaisquer alterações que venham a ocorrer neste Instrumento serão efetuadas mediante Termo Aditivo.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1 – Este Contrato deverá ser publicado por afixação em local de costume, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ANEXOS

14.1 - Integram o presente Contrato todas as peças que formaram o procedimento licitatório, a proposta apresentada pela Contratada, bem como eventuais correspondências trocadas entre as partes, independentemente de transcrição.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato é o da Comarca de Farias Brito - CE.

Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado, assinando o presente Contrato juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Farias Brito/CE, .....

.....  
Cícero Clislonos Rodrigues de Lima.  
Ordenador(a) de Despesas  
Fundo Municipal de Assistência Social  
CONTRATANTE

.....  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) ..... CPF nº .....

2) ..... CPF nº .....